

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2011
(DO DEPUTADO EDSON EZEQUIEL)

Solicita informações ao Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim, sobre a destinação das áreas “H” e “I”, pertencentes ao sítio patrimonial do Aeroporto de Macapá-AP.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 do § 2º da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro de Estado da Defesa, Senhor Celso Amorim, o presente requerimento de informações com questionamento sobre a destinação das áreas “H” e “I”, pertencentes ao sítio patrimonial do Aeroporto de Macapá, no Estado do Amapá.

JUSTIFICATIVA

No dia 31 de março último, a Justiça Federal de Primeiro Grau no Amapá, por meio do juiz Federal, Dr. João Bosco Costa Soares da Silva, enviou o ofício SEPOD/2ª Vara 322/2011 a esta Comissão de Viação e Transportes, solicitando ao nosso órgão a realização de audiência pública para tratar da destinação das áreas acima referidas, pertencentes ao sítio patrimonial do Aeroporto de Macapá.

O magistrado declara que as áreas citadas são de fundamental importância para a implementação de políticas públicas habitacionais destinadas a acolher a população mais carente do Estado do Amapá.

Acompanhando o ofício dirigido a esta Comissão, nos foi enviada Ata de Audiência de Conciliação, referente a processos para reintegração de posse, que contou com a presença de diversas autoridades federais, estaduais e municipais, para tratar também da destinação das unidades “H” e “I”, bem como da tramitação de procedimento objetivando a reversão das áreas citadas.

Dentre as várias manifestações constantes na ata, depreende-se que o Procurador da Advocacia Geral da União no Estado do Amapá procedeu à leitura de ofício do Ministro da Defesa, ressaltando o interesse da União para reintegração das áreas e que os representantes estaduais e municipais afirmaram, unanimemente, que as áreas pertencem ao Município de Macapá e que a ampliação do aeroporto comprometerá a implementação do Plano Diretor elaborado para a referida Capital.

Apesar das várias tentativas realizadas, não conseguimos até o presente momento realizar a Audiência Pública solicitada, ora por dificuldades de conciliação das agendas do conjunto de autoridades listadas como participantes a serem convidados, ora por dificuldade de agendamento na própria Comissão, face ao enorme conjunto de audiências públicas, fóruns, seminários e mesas redondas, consideradas pelos membros da Comissão como de maior urgência, prioridade ou relevância a nível nacional.

Assis sendo, optamos, pelas razões aqui apresentadas, por solicitar estes esclarecimentos ao Senhor Ministro de Estado da Defesa, na esperança de trazer-nos luz aos fatos, o que possibilitaria a dispensa da Audiência Pública, ou sua posterior realização com maior produtividade.

Sala das Sessões, em

de 2011.

Deputado EDSON EZEQUIEL

PMDB/RJ